

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO JESUÍTICA: APRENDIZAGEM
INTEGRAL, SUJEITO E CONTEMPORANEIDADE**

ROBERTA SOUZA PASCOAL FORTUNATO

A PRÁTICA DE INCLUIR: CONCEPÇÕES E POSSIBILIDADES

São Leopoldo

2023

ROBERTA SOUZA PASCOAL FORTUNATO

A PRÁTICA DE INCLUIR: CONCEPÇÕES E POSSIBILIDADES

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Jesuítica, pelo Curso de Especialização em Educação Jesuítica: Aprendizagem, Sujeito e Contemporaneidade da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

Orientadora: Prof.^a Me. Camila Gomes Martins Teixeira

São Leopoldo

2023

A PRÁTICA DE INCLUIR: CONCEPÇÕES E POSSIBILIDADES

Roberta Souza Pascoal Fortunato¹

Camila Gomes Martins Teixeira²

Resumo: O presente trabalho aborda a inclusão na educação e como aquela se relaciona com a missão de proporcionar uma formação integral. O objetivo é, pois, entender as concepções e as possibilidades dos professores ao lidarem com casos de inclusão, no contexto do Colégio dos Jesuítas, considerando as demandas desses educadores. A pesquisa conta com uma abordagem bibliográfica, delineada sob a ótica de autoras como Maria Teresa Égler Mantoan e Solange Ferreira Emílio, e qualitativa, conduzida por reflexões acerca da necessidade de uma visão ampliada dos processos e das práticas inclusivas, que vão além de laudos e diagnósticos e contemplam a diversidade de cada indivíduo. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um formulário com sete questões discursivas e uma questão objetiva. Nesse sentido, conduziu-se a análise com base nas respostas de dez professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, como regentes e especialistas nas áreas de Língua Inglesa, Educação Física, Artes, Literatura e Ensino Religioso no Colégio dos Jesuítas. Os resultados apontam para a relevância da temática no que tange às estratégias pedagógicas relativas à educação inclusiva. A pesquisa revelou, ainda, que, ante os desafios impostos ao se “fazer inclusão”, a educação inclusiva é uma realidade latente. Embora precise ser discutida e aprimorada, vem sendo incorporada na efetividade de uma educação integral.

Palavras-chaves: Educação inclusiva. Práticas pedagógicas inclusivas. Diversidade. Formação integral.

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Orientadora de aprendizagem no Colégio dos Jesuítas da Rede Jesuíta de Educação. E-mail: roberta.fortunato@coljes.com.br.

² Professora orientadora. Coordenadora de unidade no Colégio dos Jesuítas, em Juiz de Fora. Licenciada em Pedagogia, com especialização em Psicopedagogia e Currículo e Prática Educativa. Mestra em Gestão Educacional. E-mail: camila.teixeira@coljes.com.br.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade é marcada pela diversidade e pela pluralidade. Com base nessa premissa e em consonância com a principal missão que assegura a excelência da educação nos colégios da Companhia de Jesus – a formação integral –, busca-se, no presente trabalho, refletir sobre o processo inclusivo, suas concepções e sua relevância para o desenvolvimento da integralidade do sujeito. Além disso, objetiva-se conhecer, com base nas demandas dos professores, as possibilidades que vivenciam ao trabalharem com casos de inclusão no Colégio dos Jesuítas.

Sob a perspectiva da Educação Jesuítica, é imperativa a adoção de uma visão ampliada dos processos educacionais que contemplam a inclusão nas unidades educativas. Isso não somente àquele estudante que possui laudos e/ou diagnósticos, mas para cada indivíduo que, por ser único, demanda um olhar para suas particularidades. É o que apontam Araújo e Piassa (2021):

Constantemente, o cotidiano escolar desafia os educadores a reverem seus posicionamentos e a produzirem com os estudantes novas respostas, que não possuem mais *status* de verdade, mas anunciam que não há lugar mais para modelos curriculares fechados, pré-determinados, segundo racionalidades totalizantes, ao contrário, precisam ser propensos a assimilar de forma crítica a diferença, a diversidade como própria do humano. (ARAÚJO; PIASSA, 2021, p. 172-73).

Dessa forma, tendo como base a trajetória desta pesquisadora como docente e orientadora de aprendizagem em uma escola da Rede Jesuíta de Educação, refletiu-se sobre os processos que contribuem e favorecem as práticas educacionais, a fim de que o estudante se desenvolva integral e efetivamente.

No Colégio dos Jesuítas, unidade educativa que sedia os sujeitos desta pesquisa, fica clara uma crescente demanda de atuação ante os casos de inclusão escolar. À vista disso, a realização do acompanhamento, pertinente à função de orientadora de aprendizagem, exige um panorama dos procedimentos pedagógicos e a verificação de como o professor constrói e aplica tais procedimentos, atentando-se para a formação discente em sua totalidade.

Sendo assim, preconiza-se neste trabalho, sob a luz de discussões trazidas por autoras como Maria Teresa Égler Mantoan (2003; 2019) e Solange Aparecida Emílio

(2008), uma reflexão sobre a latente temática que envolve o modo de se conceberem e desenvolverem as práticas inclusivas no ambiente escolar, o “fazer inclusão”.

Para tanto, utilizou-se como metodologia a pesquisa qualitativa e bibliográfica, bem como a aplicação de um questionário. Os sujeitos da pesquisa foram docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, professores regentes e especialistas nas áreas de Língua Inglesa, Literatura, Artes, Ensino Religioso e Educação Física do Colégio dos Jesuítas, instituição situada na cidade de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais.

O artigo divide-se em cinco capítulos. No primeiro, intitulado Introdução, expõe-se a temática do trabalho, contextualiza-se o assunto abordado, apresentam-se o objetivo e a metodologia, além de relacionar o tema à conjuntura profissional da pesquisadora.

Nos capítulos 2 e 3, consta a fundamentação teórica, a qual embasa a temática nos âmbitos da conceituação e das políticas públicas.

Ao perpassar o paralelo entre a educação inclusiva e a educação integral, proposta e validada pela Pedagogia Inaciana, o capítulo 4 abre-se para uma pesquisa qualitativa, a partir da coleta de dados de uma equipe docente, a respeito das concepções desses sujeitos sobre o tema.

Por fim, no capítulo 5, encontram-se as discussões acerca dos resultados obtidos com amparo nas reflexões e nas experiências da pesquisa.

2 VAMOS FALAR DE INCLUSÃO?

A educação inclusiva tem como premissa a prática de ações que oportunizem a acessibilidade de todos os estudantes – independentemente de suas diferenças individuais – à aprendizagem e a um ensino de qualidade. No contexto da atuação da Rede Jesuíta de Educação, a inclusão escolar assume um papel crucial. Isso porque, seguindo os passos do fundador da Companhia de Jesus, a rede tem tradição em ofertar uma educação centrada no desenvolvimento integral do indivíduo.

Falar de educação inclusiva é discorrer sobre cada pessoa, uma vez que, enquanto sujeitos únicos, é dotada de habilidades e necessidades distintas. Ainda que essa afirmação soe presunçosa e possa ser entendida como “capacitista”, ela não tem a intenção de desmerecer aquele que demanda um olhar mais cuidadoso para as suas particularidades. Espera-se validar a importância de se fazer uma educação cujos

processos considerem a diferença como um valor fundamental, promovendo a inclusão e a equidade em todas as etapas do aprendizado.

Na concepção do professor Lino de Macedo (2014), em sua apresentação do livro *Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber*, uma vez que a Educação Básica não é opcional, deve ir ao encontro de todos os que são obrigados, por assim dizer, à sua participação. Logo, ela tem também por obrigação ser expressão de acessibilidade, e não agente de exclusão.

A princípio, convém refletir sobre a concepção da palavra “inclusão”, no que se refere ao seu conceito. A expressão remete a outras, a exemplo de diferença, diversidade e, até mesmo, exclusão.

Nesse sentido, pensar em inclusão subentende-se, por conseguinte, que alguém está excluído e que, de alguma forma, necessita ser inserido. Tem-se, portanto o referencial de in/exclusão, como destacado por Emílio (2008, p. 38): “parece que, pela simples definição, para haver a inclusão, é necessário haver a exclusão e excluídos; o termo não é necessário se não houver algo ou alguém ‘de fora’ ou privado, abandonado etc.”.

De fato, entende-se, em um aspecto superficial, que a colocação da autora está correta e define o conceito no que se refere ao seu antagonismo. Todavia, analisando-se de forma mais profunda, tal conceituação resume a problemática da expressão ao simples modo de inserir, de “colocar para dentro”. Quando se trata de diversidade, diferença e inclusão no âmbito escolar, é preciso considerar que a inserção não é um fim em si mesma. Nesse cenário, vale destacar o que preconiza Mantoan (2019), ao abordar a temática e analisar como a inclusão tem sido vista e tratada, considerando tão somente a ação de inserir:

Em sua aproximação inicial, a inclusão escolar foi entendida sumariamente como a inserção dos estudantes com deficiência que frequentavam classes e escolas especiais nas turmas das escolas comuns. Conquanto ainda muitos a concebiam assim, estamos chegando pouco a pouco à compreensão de seu mote: garantir o direito à diferença na igualdade de direitos à educação. (MANTOAN, 2019, p. 13).

De acordo com Mantoan (2019), as pessoas estão aprendendo a como, de forma efetiva, deve-se trabalhar a inclusão nos ambientes escolares. Dessa forma, a inclusão é, sim, a inserção daqueles que estão fora de algo. Entretanto ela é validada por meio de abordagens, recursos e estratégias que permitam aos “inseridos” direitos

iguais de aprendizagem sem serem igualados a um determinado grupo, tampouco sintetizados na premissa do “‘nós’ e ‘eles’”, conforme apresenta Emílio (2008, p. 38).

Conforme diz o dito popular, atribuído ao poeta espanhol Don Antonio Machado, do século XIX, “o caminho se faz ao andar”. Em se tratando de inclusão, essa caminhada tem ocorrido a passos lentos no tocante a uma melhor atuação nas unidades educativas, visando a um processo inclusivo de qualidade e considerando todos os sujeitos envolvidos. Sendo assim, nesse caso, lê-se tanto as pessoas com deficiência ou com alguma demanda específica de trabalho quanto aqueles que atuam como os agentes dessa educação: os próprios educadores.

2.1 As políticas para a inclusão – Uma breve retomada

O processo inclusivo na educação ganhou visibilidade nos últimos anos. No Brasil, a década de 1990 destacou-se como um marco para políticas educacionais inclusivas, desde a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com a Lei n.º 8.069/90. Nele, encontra-se o inciso III do Artigo 54, o qual postula que é “dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2002, n.p.). Ademais, há a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994b), paralela à Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994a) do mesmo ano, cuja proposta era integrar, nas salas de aula regulares, as crianças com deficiência que possuíssem condição de acompanhar os demais. Por fim, cita-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/96 (BRASIL, 1996), que dedicou um capítulo ao tema.

Contudo, a verdadeira revolução ocorreu com a implantação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) decretada e sancionada em julho de 2015, cujas disposições destinam-se a “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, n.p.).

No âmbito educacional, a lei também conta com um capítulo sobre a inclusão, discorrendo sobre os direitos ao ensino e à aprendizagem da pessoa com deficiência:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus

talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, n.p.).

Vale destacar que, quando se fala em inclusão, a impressão é de que bastam alguns documentos ou algumas diretrizes, como formulários e manuais, para que se alcance a excelência do ensino no que tange ao processo inclusivo. Todavia, Adiron (2016) aponta, em seu artigo intitulado *Receita de inclusão*, que não existe uma “fórmula mágica” e/ou um preparo pronto e absoluto para lidar com a situação. As adaptações curriculares, a formação docente, além das estratégias são muito bem-vindas em conjunto e de forma concomitante a uma mudança de visão relativa à diversidade, em detrimento da homogeneidade enraizada no sistema educacional. Nas palavras do autor:

O maior problema da educação é a busca incessante da receita de bolo que não falhe nunca. O bolo que atenda a todos os gostos, sirva para educar todos de forma homogênea e que, principalmente, não demande nem das famílias, nem dos estudantes, nem dos professores, algum trabalho. Que não obrigue as pessoas a pensar. Bolo de pacote, comprado no supermercado, em que basta adicionar leite e bater no liquidificador. Mas educação se faz com seres humanos. Alunos, famílias e professores. E quando esse negócio chamado ser humano entra no processo, o bolo desanda. Cada um deles é diferente de todos os outros. Cada um assa em uma temperatura diferente. Cada um dá ponto em um momento diferente. (ADIRON, 2016, n.p.).

Dessa forma, o que foi conquistado em termos de dispositivos e marcos legais tem mérito, sobretudo por darem visibilidade ao assunto, tratando-o com a eminência que merece. Nesse sentido, provocam avanços em diferentes esferas e fomentam discussões sobre o tema, a fim de que políticas públicas proporcionem ações mais assertivas e efetivas para a prática inclusiva.

3 PEDAGOGIA INACIANA: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA PERPASSA A EDUCAÇÃO INTEGRAL

Pedagogia Inaciana é um extenso acervo de orientações do governo central da Ordem dos Jesuítas, de publicações e pesquisas de vários autores sobre um enfoque pedagógico característico, procedente da *Ratio Studiorum*. É um conceito amplo que oferece uma visão cristã do mundo e do ser humano, um sentido humanista para o processo educativo e um método personalizado, crítico e participativo. (REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO, [2023?], n.p.).

Fundada por Santo Inácio de Loyola, a Companhia de Jesus foi aprovada em caráter oficial pelo Papa Paulo III, em 1540. Ao longo de seus 483 anos, tem se dedicado ao trabalho missionário, atuando nos cinco continentes e colaborando para “a transformação da sociedade por meio da espiritualidade, da promoção social, do diálogo intercultural e inter-religioso, do serviço da fé e da promoção da justiça” (REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO, [2023?], n.p.).

O caráter educacional, concebido, a princípio, como catequese, aprofundou-se no decorrer dos anos. Assim, uma perspectiva educacional mais integrada ao contexto das realidades, sem se distanciar de seus princípios e valores, trouxe robustez ao ensino e destacou os jesuítas como a principal ordem religiosa dedicada à educação no mundo.

Os centros educativos da Companhia fazem parte da missão apostólica da Igreja na construção do Reino de Deus. Embora o processo educativo tenha mudado radicalmente desde o tempo de Inácio, e as maneiras de expressar os conceitos religiosos sejam completamente diferentes, a educação da Companhia continua a ser um meio para ajudar os estudantes a conhecer melhor a Deus e responder a Ele; o colégio continua a ser apto para responder às novas necessidades do Povo de Deus. O objetivo da educação da Companhia é a formação de pessoas orientadas em seus princípios e em seus valores para o serviço aos outros, segundo o exemplo de Jesus Cristo. Por isso, ensinar em um colégio da Companhia é um ministério. (CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS, 1998, p. 54).

Posto isso, ressalta-se a preocupação da Companhia em proporcionar uma educação solidificada nos valores e nos princípios que configuram o modo de ser e proceder da Ordem. Isso porque está atenta às demandas do tempo presente e visa cuidar daqueles que lhes são confiados no que se refere ao desenvolvimento pleno do indivíduo. Conquanto feitos homens, dotados das limitações e das imperfeições da humanidade, trazem em si a essência do próprio Deus.

A fim de qualificar a atuação educacional da Companhia, em 2014, constituiu-se, no Brasil, a Rede Jesuíta de Educação (RJE). Composta por 17 unidades de Educação Básica da Companhia de Jesus no país, tem como um de seus objetivos o desenvolvimento de um ensino que favoreça a formação integral dos discentes, contemplando as dimensões cognitiva, socioemocional e espiritual-religiosa. Dessa forma, colabora para a missão de suscitar “homens e mulheres conscientes, competentes, compassivos e comprometidos.” (REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO, 2021, p. 23).

Sob essa perspectiva, em 2016, a Rede lança o documento norteador das práticas pedagógicas em suas unidades de Educação Básica: o Projeto Educativo Comum (PEC). Tal documento consiste em um manual composto por reflexões, coletadas através de discussões advindas de reuniões, seminários, estudos e afins, em meio à partilha de conhecimentos e experiências de mais de dois mil profissionais da Rede. Vem sendo implementado nas escolas da Companhia de Jesus no Brasil, de maneira a garantir a formação de cidadãos globais, e já conta com uma atualização de 2021.

Nesse linear histórico, a ordem religiosa fundada por Santo Inácio de Loyola vem fazendo jus ao que se propôs a realizar em seu âmbito educativo. Não obstante as mudanças e os novos meios de ensinar, conviver, aprender e entender o mundo e o outro. Logo, busca estratégias, recursos e uma visão cuidadosa e atenta para dicotômicas realidades e contextos vivenciados. A elaboração do PEC, em seus pressupostos, elucida essa atenção à pessoa que é parte da sociedade pluralizada.

[...] A proposta pedagógica das Unidades Educativas Jesuítas está centrada na formação da pessoa toda e para toda a vida; trabalhamos para realizar uma aprendizagem integral que leve o estudante a participar e intervir autonomamente na sociedade: uma educação capaz de formar homens e mulheres conscientes, competentes, compassivos e comprometidos. (REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO, 2021, p. 29).

Sob a ótica da formação integral, convém discutir sobre a diversidade. O PEC, nesse cenário, trata da temática inclusiva em seus pressupostos, elucidando que:

A educação inclusiva é uma preocupação mundial que impulsiona uma busca constante para torná-la uma realidade cada vez mais frequente, ancorada na garantia de direitos, a partir de uma vasta legislação específica, que evidencia, entre outros aspectos, a diversidade como um fator essencial para a transformação da escola. (REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO, 2021, p. 41).

E ainda:

A proposta de educação da Companhia de Jesus comunga com a perspectiva da educação inclusiva, visto que sua finalidade é proporcionar educação integral para todos os estudantes. Assim, as Unidades da RJE entendem a educação inclusiva como garantia das condições de aprendizagem para todos os estudantes, independentemente de suas condições. Em cumprimento à legislação vigente e contemplando um dos compromissos do SIPEI e reforçado pelo documento Colégios Jesuítas: Uma Tradição Viva no Século XXI, a prática de educação inclusiva constitui um desafio assumido por todas as Unidades como dever de justiça e desafio à nossa competência técnica. (REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO, 2021, p. 41).

Logo, é notável o destaque proporcionado às tratativas e às abordagens educacionais da Companhia de Jesus. Elas orientam, portanto, uma visão sistemática sobre os processos inclusivos, as estratégias e as diferentes perspectivas para contemplar e desenvolver práticas efetivas de aprendizagem e, sobretudo, a formação integral dos estudantes. Na proposta prática da Pedagogia Inaciana, fica evidente essa atenção ao desenvolvimento global do indivíduo:

A meta da Pedagogia Inaciana é ajudar a formar o ser humano, através do processo educativo – formal e não formal – a reconhecer a sua dignidade, a sua filiação divina, a sua vocação a ser. Empenha-se em estimular as pessoas a desenvolver ao máximo suas potencialidades e dimensões, a exercer sua liberdade, a atuar com autonomia e personalidade na transformação da sociedade, a solidarizar-se com os demais e com o meio ambiente. (REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO, [2023?], n.p.).

Em consonância com o PEC, portanto, a Pedagogia Inaciana trilha e concebe o caminho que objetiva a formação da pessoa humana por meio da educação e de maneira plena.

Por fim, pondera-se que, na abordagem da formação integral, é necessário discutir e qualificar os processos de inclusão. Para além da deficiência e/ou comorbidade, antes de qualquer diagnóstico, existe um indivíduo que anseia ser visto, ouvido, formado e desenvolvido na integralidade. Assim, poderá contribuir para a formação de seus pares, através de suas próprias experiências, e cooperar na transformação da sociedade.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa, de cunho qualitativa, justifica-se sob à perspectiva de Minayo (2007) ao destacar que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. [...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2007, p.21)

À vista disso, no presente trabalho, buscou-se, portanto, construir uma base de informações que permitisse analisar as narrativas de diferentes educadores, com amparo nas demandas destes, acerca da concepção e das possibilidades que os docentes vivenciam ao trabalharem com casos de inclusão no Colégio dos Jesuítas, em Juiz de Fora.

Para tanto, convidaram-se 15 educadores a responderem um formulário composto por sete perguntas discursivas e uma questão objetiva. Os professores convidados compõem a equipe docente do Colégio dos Jesuítas, instituição da RJE situada em Juiz de Fora, Minas Gerais. A escola atende, atualmente, as séries iniciais e finais do Ensino Fundamental, a partir do Maternal III, bem como o Ensino Médio.

O questionário foi elaborado na plataforma do *Google Forms* e disponibilizado aos participantes por meio de um link de acesso. Encerrado o período de respostas, coletaram-se informações referentes a dez respondentes, totalizando uma adesão de, aproximadamente, 70%.

Os partícipes trabalham nas séries iniciais da Educação Básica e possuem formação em áreas diversas, atuando como educadores regentes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e professores especialistas em Arte, Educação Física, Ensino Religioso, Literatura e Língua Inglesa. Apesar de este não ter sido um critério para a escolha dos respondentes, identificou-se que aqueles que mensuraram o tempo de trabalho lecionam há mais de 15 anos e já tiveram em sala de aula ao menos um caso que mereceu atenção individualizada.

Espera-se, com as respostas obtidas, identificar tendências, padrões e possibilidades para aprimorar práticas pedagógicas, a fim de contribuir para uma educação inclusiva e equitativa. Por meio dessas práticas, que se consiga construir uma sociedade que valoriza a diversidade e promove a participação e o desenvolvimento integral dos estudantes.

4.1 Inclusão na prática: conceber e trilhar uma educação inclusiva

Acerca da concepção dos docentes sobre a educação inclusiva, apresentam-se algumas narrativas a serem analisadas à luz dos referenciais teóricos.

“Dar oportunidades e valorizar as diferenças humanas, transformando as práticas de modo a garantir o acesso, a participação, o desenvolvimento e a aprendizagem de todos, sem exceção.” (Professor 1, 2023).

“Educação inclusiva tem o intuito de garantir que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças individuais, tenham igualdade de oportunidades de acesso à educação e participação efetiva no processo educacional, incluindo alunos com deficiências, necessidades especiais, diferenças culturais, linguísticas, étnicas e socioeconômicas, entre outras. Em minha prática e estudo, acompanhei uma fala bem interessante e concordo plenamente, dizendo que todos somos especiais e que na educação inclusiva temos necessidades específicas, as quais devemos respeitar e aprofundar para atender da melhor forma possível essas especificidades.” (Professor 2, 2023).

“Educação Inclusiva é a garantia de uma educação de qualidade a todos os estudantes, reconhecer e respeitar suas individualidades. Para além da teoria, pensar e realizar atividades que efetivamente promovam a inclusão desses estudantes, social e academicamente.” (Professor 9, 2023).

Nas transcrições, observa-se que os docentes concebem a inclusão como um direito e uma necessidade de todos. Em outras palavras, um olhar abrangente, considerando as particularidades do indivíduo, independentemente de este ter qualquer característica pontual. Não se percebe, nesse sentido, uma subestimação dos casos que envolvem deficiências e/ou transtornos. Por outro lado, constata-se a compreensão de que, de alguma maneira, todos são diferentes e precisam de um olhar individualizado para suas demandas, não obstante o fato de terem direitos iguais.

Portanto, é a leitura de que os envolvidos na educação precisam ter o direito do aprendizado garantido e, por conseguinte, uma aprendizagem de qualidade. Emílio (2008) valida essa concepção destacando que a diversidade é inerente aos sujeitos, todavia “alguns indivíduos apresentam diferenças mais marcantes” (EMÍLIO, 2008, p. 55). Desse modo, a cautela é imprescindível para que narrativas como a da diferença inata – que iguala a todos – não se tornem dificultadoras do pensar e fazer inclusão. Em suma,

Num grupo de pessoas, todas são obviamente diferentes, no entanto, se uma delas tiver uma deficiência, sua condição poderá interferir nos seus direitos e deveres com relação ao grupo. [...] Assim, no discurso do “somos iguais”, muitas vezes vem associada a ideia da indiferenciação, o que pode vir a dificultar a vida de quem tem alguma necessidade específica. (EMÍLIO, 2008, p. 56).

Sendo assim, é necessário reconhecer a diversidade intrínseca a cada um, porém sem relativizar as diferenças, sobretudo quando se trata de pessoas com

deficiência e/ou outra condição específica. É a observância do senso de direito e justiça para todos que, alinhado ao ideal de equidade, propicia oportunidades iguais e um ambiente de aprendizado acessível a todos.

Existem muitas razões para se refletir a educação inclusiva. Em meio a elas, evidencia-se o incentivo à inovação das propostas pedagógicas, a qual, visando contemplar as particularidades de determinados estudantes, beneficiam os demais.

Portanto, é possível destacar a relevância da educação inclusiva em diferentes âmbitos. No entanto, concentrando a reflexão na concepção docente dos sujeitos desta pesquisa, encontram-se as considerações de alguns professores sobre a importância do processo inclusivo na escola regular. Convém pontuar que a questão se baseou na opinião pessoal de cada um sobre a validade do acesso dos casos de inclusão na escola regular.

“[...] acredito que seja válido não só para o estudante com necessidades especiais, como também para os demais. Acredito que nessa troca ambos têm a aprender, apesar de saber que ainda é desafio.” (Professor 6, 2023).

“[...] A inclusão tem esse papel de acolhimento ao “diferente”, no entanto, penso que ninguém é igual a ninguém, tendo necessidades ou não. Neste sentido, todos temos direitos a educação, vivências e experiências de aprendizagem, e o ambiente escolar é o instrumento possibilitador que favorece essa inclusão e inserção do indivíduo ao meio social de forma mais justa e humanitária.” (Professor 8, 2023).

Depreende-se, pois, que ambos os educadores concebem a validade da inclusão na escola regular, por ser a educação um direito fundamental de todos os indivíduos, independentemente de suas necessidades. As narrativas dos docentes sugerem um compromisso com a igualdade de acesso à educação.

A consideração trazida pelo professor 6 evidencia, ainda, a ideia de que a inclusão não beneficia apenas os estudantes com deficiência, mas também enriquece a experiência de aprendizado dos demais. Tal pontuação apareceu na resposta de outros educadores, os quais destacaram que, mesmo com os desafios enfrentados no processo, a troca de experiência entre os pares é significativa para a formação integral.

Não obstante a teoria e as narrativas apresentadas, a temática da inclusão ainda é complexa, conforme pontua Mantoan (2003). A autora reconhece os avanços na legislação referentes à inclusão escolar, porém enfatiza que existem impasses a

serem superados para que a educação de estudantes, em geral, possa ser aprimorada.

Em resumo: para os defensores da inclusão escolar é indispensável que os estabelecimentos de ensino eliminem barreiras arquitetônicas e adotem práticas de ensino adequadas às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade, além de recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com ou sem deficiências, mas sem discriminações. (MANTOAN, 2003, p. 22).

Nas ponderações de Mantoan (2003), ficam evidentes os desafios na área da inclusão escolar e da educação especial. A autora enfatiza que é preciso superar preconceitos, garantir a clareza legal e promover a inclusão de todos, de maneira efetiva. Ao encontro desses apontamentos, situam-se as narrativas de dois educadores que, ao serem indagados sobre a validade do acesso dos casos de inclusão na rede regular de ensino, sublinham as nuances envolvidas.

“[...] penso que cada caso deve ser avaliado com muito cuidado, pois alguns estudantes precisam de mediadores para auxiliar no desenvolvimento cognitivo e social.” (Professor 3, 2023).

“Considero válido, desde que o Colégio ofereça condições para uma proposta diferenciada. Inserir uma criança, que demanda atenção de trabalho diferenciado, em uma turma regular, com aproximadamente 35 estudantes, onde o conteúdo da série precisa seguir, com uso de livros didáticos para cumprir e avaliações somativas a serem realizadas não favorece a inclusão. Para ser válido o professor precisa ter tempo para as adaptações necessárias, que garantem o direito de aprendizado. Já vivenciei situações em que foi possível realizar o processo de inclusão amparada pelo sistema e os ganhos são perceptíveis na aprendizagem, autonomia, comunicação e socialização.” (Professor 4, 2023).

Neste ponto, ressalta-se o princípio do direito e do dever, em que, para se garantir o direito a uma aprendizagem efetiva e de qualidade para o estudante, faz-se necessário considerar o dever das instituições com a situação e os envolvidos. Sendo assim, não é que os docentes não queiram ou não acreditam no processo inclusivo dentro da escola regular. É porque essa prática possui um âmago complexo e com convergências, não sendo possível ser tratada de maneira elementar. Parafraseando Emílio (2008), antes mesmo de tratar a inclusão como uma mera inserção, em que se discute aquilo que está “dentro” ou “fora”, é necessário aprimorar os discursos de

como essa inclusão acontece e de que modo ela acontecerá. Inclusão para quê? Eis a bússola!

4.1.1 O eu inclusivo: práticas do cotidiano escolar

Segundo Estanislau e Bressan (2014), entre 10% e 20% das crianças e dos adolescentes apresentam algum tipo de transtorno mental. Os autores mencionam que “1 a cada 8 alunos matriculados na escola tem algum tipo de dificuldade que justifica a necessidade de um atendimento especializado” (ESTANISLAU; BRESSAN, 2014, p. 13). Com a crescente demanda, aumenta a responsabilidade das instituições em compreenderem o estudante que chega e apresentarem estratégias para lidar com ele, visto que, por vezes, não há laudos ou qualquer acompanhamento que norteie o trabalho.

Diante de tais situações, identificam-se docentes que se veem impotentes ante a falta de informação e/ou formação, ainda que estejam dispostos a fazerem a diferença na vida educacional desses alunos. Mantoan (2003, p. 31), nesse sentido, afirma que “Não adianta, contudo, admitir o acesso de todos às escolas, sem garantir o prosseguimento da escolaridade até o nível que cada aluno for capaz de atingir”.

Corroborando essa colocação, há a especificação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) que destaca:

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. (BRASIL, 2001, p. 28).

Logo, apesar dos desafios no processo de se fazer inclusão, cabe às instituições de ensino – da gestão à sala de aula – o empenho para que a educação inclusiva se aplique de maneira efetiva. Posto isso, ao serem indagados se “Você já desenvolveu alguma prática em sala de aula que considera inclusiva? Qual?”, os professores apresentaram ações que podem fazer a diferença no ambiente escolar e contribuir para uma aprendizagem significativa, a qual “desenvolva o potencial dos estudantes, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades” (BRASIL, 2001, p. 28). É o que se observa nestes relatos:

“Sim. Várias. Entre elas estão: adaptar as aulas para cada necessidade especial, ou melhor específica, utilizando recursos materiais de acordo com a demanda necessária do estudante, ou seja, materiais de ensino alternativos, suporte individualizado, dividir tarefas, trabalhos em grupos (habilidades diferentes se completam, complementam e trocam aprendizado) e muito mais.” (Professor 2, 2023).

“Sim. Trabalhei o mesmo conteúdo em diferentes mídias e plataformas. Também procurei usar objetos concretos, capazes de envolver o tato, a visão, o olfato e a audição desses estudantes. Eles desenvolveram melhor suas capacidades quando foram expostos a materiais que envolvem seus sentidos.” (Professor 3, 2023).

“Sim, já realizei adaptações de atividades para um estudante que não gostava de ficar em sala por conta da dificuldade em realizar as atividades propostas para a turma. [...] percebi que se as atividades fossem adaptadas de acordo com seus conhecimentos, seu aproveitamento seria maior e assim foi. O professor deve ter um olhar atento e cuidadoso também para esses estudantes, perceber suas habilidades, gostos e dificuldades e, pensar e promover a inclusão desses estudantes.” (Professor 6, 2023).

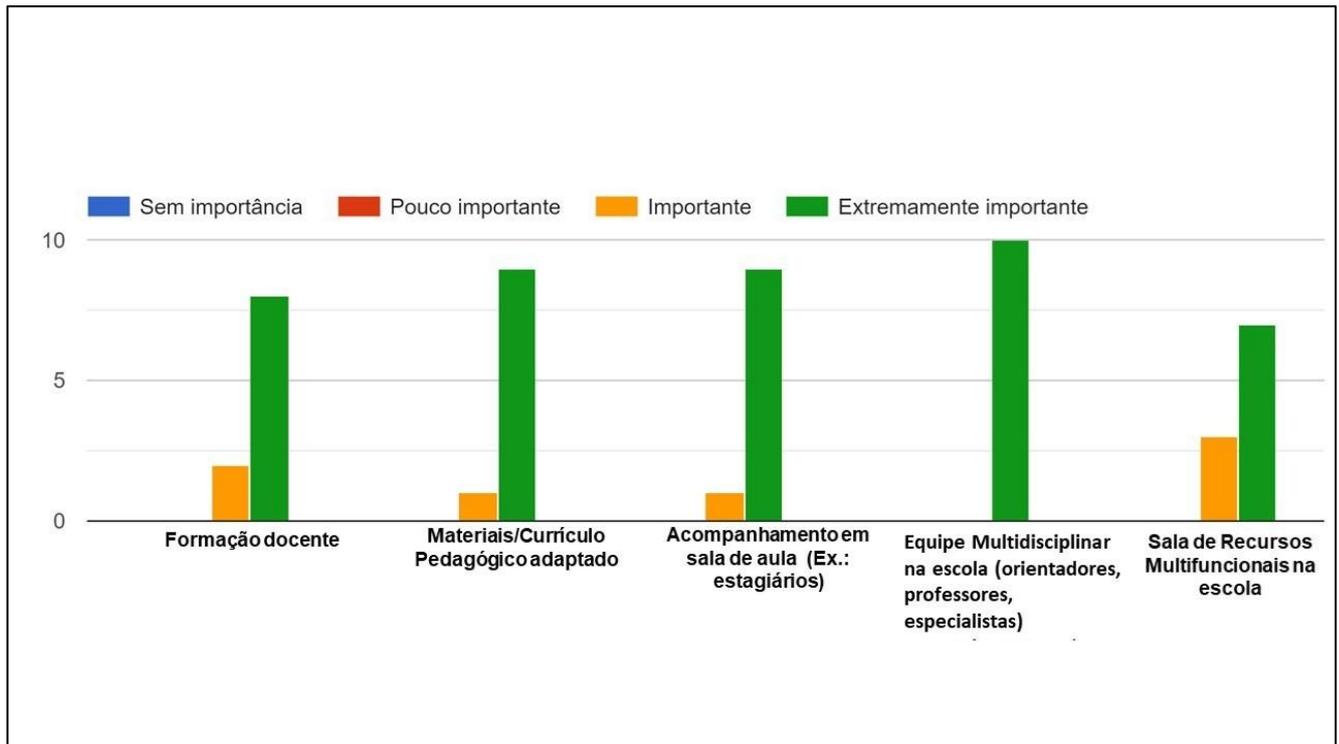
Emerge nas narrativas a atitude de (re)adaptação diante de determinada demanda. Dentre as ações apresentadas, a principal é o olhar atento para a individualidade. “De que forma este conteúdo será mais bem aprendido?”, “Quais materiais podem auxiliar a compreensão e a percepção desta matéria?”, “Conseguo utilizar um recurso diferente nesta atividade?”. Indagações como essas norteiam, portanto, as práticas pedagógicas.

Mantoan (2003) salienta que a mudança na escola perpassa a mudança sobre o que é ensinado nela, a forma como isso acontece. A autora conclui informando que a inovação não implica algo extraordinário, mas a “concretização do óbvio, do simples” (MANTOAN, 2003, p. 31).

Ademais, propôs-se no questionário que os participantes avaliassem, de acordo com suas concepções, a importância de recursos para a efetividade de uma prática pedagógica inclusiva. Tal mensuração ocorreu por meio da escala Likert³. Os dados encontram-se descritos no Gráfico 1.

³ “A escala Likert ou escala de Likert é um tipo de escala de resposta psicométrica usada habitualmente em questionários, e é a escala mais usada em pesquisas de opinião. Ao responderem a um questionário baseado nesta escala, os perguntados especificam seu nível de concordância com uma afirmação.” (ESCALA..., 2021, n.p.).

Gráfico 1 – Ações para o desenvolvimento e a efetividade do processo inclusivo



Fonte: Elaborado pela autora.

Verifica-se, portanto, que as respostas fornecidas pelos profissionais envolvidos no estudo oscilaram, conferindo destaque às estratégias e às ações para que as práticas inclusivas traduzam resultados efetivos no que tange à aprendizagem dos estudantes. Das dez respostas obtidas no questionário, pelo menos oito respondentes acreditavam que a formação docente é de extrema importância para a qualidade do processo inclusivo.

No que concerne à adaptação de materiais e do próprio currículo pedagógico, à presença de um acompanhante em sala de aula para apoio nas atividades desenvolvidas e ao auxílio paralelo por meio da sala de recursos multifuncionais, para os entrevistados, o amparo de uma equipe multidisciplinar é indispensável para se “fazer inclusão”.

No “caminho que se faz caminhando”, reitera-se que o processo inclusivo não possui uma “receita pronta”. As discussões refletem as possibilidades de se aprimorarem as práticas, considerando a situação, o contexto e os sujeitos envolvidos – professores, estudantes e famílias.

O desenvolvimento de práticas inclusivas percorre vias desafiadoras, mas, ainda assim, repletas de possibilidades. No que remete a essas contingências,

solicitou-se aos participantes que sugerissem ações as quais considerassem relevantes para uma abordagem assertiva sobre a inclusão no ambiente escolar.

Nas narrativas coletadas, evidenciou-se que, na concepção dos respondentes, os marcadores apresentados na questão, cuja escala *Likert* fora utilizada, são os que, de fato, corroboram para que as práticas inclusivas tornem-se mais efetivas na escola. De maneira dissertativa, obtiveram-se os seguintes relatos:

“Eu sugeriria a presença de um(uma) educador(a), com formação em Educação Inclusiva, na escola, para auxiliar e orientar o trabalho dos professores.” (Professor 1, 2023).

“Contar com um professor, com especialização em inclusão, que atue em uma sala de recursos multifuncionais, dando suporte aos professores regentes e, também, para as estagiárias.” (Professor 3, 2023).

Os professores 1 e 3 apresentaram a perspectiva de trabalho de um profissional com formação específica em educação inclusiva para apoio e orientação da equipe docente. O educador 3, por sua vez, destaca, ainda, o suporte de estagiários para um acompanhamento mais individualizado.

“A formação continuada do professor e de toda equipe pedagógica é pilar fundamental para uma educação inclusiva, para que juntos possam entender, gerar apoio a tomada de decisão, intervir, contribuir, partilhar, compartilhar experiências, fazendo a diferença no cotidiano nesse processo de inclusão. Reforço que presença da equipe pedagógica nas ações dos professores e do trabalho a ser desenvolvido em prol da inclusão, bem planejada e eficaz, se consolida e gera um impacto direto no sucesso de todos.” (Professor 2, 2023).

“Estar sempre em busca de novos conhecimentos e práticas, investindo na formação continuada. Ter uma boa relação com as famílias dos estudantes e com a equipe de apoio, assim como, auxílio da escola em situações específicas.” (Professor 7, 2023).

“Especializações para o corpo docente, apoio de profissionais atuantes na área.” (Professor 9, 2023).

“Formação continuada para docentes, possibilitando a atualização em novas práticas de inclusão.” (Professor 10, 2023).

Os professores 2, 7, 9 e 10 sublinharam a temática da formação docente como uma aliada no processo inclusivo. Ademais, o educador 7 pontuou a relação de

parceria com as famílias. Apesar de pouco ter se comentado sobre o papel familiar nessa “estrada inclusiva”, ele se faz imprescindível. Santos (2015, p. 36) alerta que “a parceria entre escola e família pode contribuir para mudar a percepção em relação à diferença”.

Outras sugestões apresentadas mencionaram o espaço físico e a acolhida nesses ambientes, com atenção especial ao número de estudantes em sala de aula versus as demandas encontradas, bem como a atuação de um profissional de apoio. A reestruturação metodológica e avaliativa, além da parceria e do empenho da docência, ganhou, do mesmo modo, destaque nas narrativas. Estas demonstraram a intenção de todos os partícipes ao refletirem sobre a inclusão: a promoção de uma educação que contribua para um acompanhamento ainda mais individualizado e humano e um desenvolvimento verdadeiramente integral.

“Acredito que o primeiro passo está na formação da comunidade escolar para qualificar a prática inclusiva, de acordo com a necessidade apresentada. Outro ponto é o olhar diferenciado na formação da turma com crianças que demandam uma atenção especial, repensando o número de estudantes na turma e observando a necessidade de um colaborador para apoiar o professor nas atividades inclusivas.” (Professor 4, 2023).

“Além de todos os indicativos que foram evidenciados como de ‘extrema importância’ em ações e práticas para a efetividade no sistema inclusivo, abordados na questão anterior, possibilitar novas tendências e métodos, fugindo de modelos padronizados, que não respeitam a realidade dos estudantes e de suas famílias, promoveriam cenários diferentes, com menos exclusão e fracasso escolar. Tornar a saúde/ qualidade de vida e a assistência social, mais presentes no contexto e na rotina escolar, seriam importantes e decisivos indicativos nesse processo.” (Professor 5, 2023).

“Considero que além da boa vontade por parte da escola e do educador que acompanhe o estudante, é necessário conhecimento. É importante, não só o conhecimento acadêmico, mas conhecer o estudante. Uma parceria, sincera, entre escola, família e profissionais que atuem junto àquela criança. Há de se pensar em uma educação inclusiva no sentido não apenas de receber o estudante, mas de perceber a necessidade de adaptações no material para que esse estudante se sinta pertencente aquela turma e espaço e sinta interesse e prazer em realizar as atividades propostas.” (Professor 6, 2023).

“Tornar os espaços seguros e acolhedores são práticas inclusivas. Proporcionar o ambiente de pertença principalmente a quem tem necessidades especiais. Avaliações que valorizam o estudante com necessidades e os possibilitam desenvolver suas capacidades.

Conscientização e palestras são importantes para que todos sejam acolhedores ao outro.” (Professor 8, 2023).

Considera-se, assim, que, embora haja diferentes narrativas sobre a temática da inclusão, algumas percepções são similares e abrem-se no anseio de se efetuar uma educação inclusiva, com práticas que estejam além da teoria e caminhem ao encontro de abordagens mais assertivas.

Em síntese, nos relatos, evidenciaram-se os desafios enfrentados na escola. Todavia, repercutiram as possibilidades e os desdobramentos concebíveis. Não há um plano infalível ou mesmo um único e comprovado modo de proceder, mas variadas contingências que, ainda assim, caracterizam a inclusão como uma latente e necessária forma de se repensar a educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar o caminho percorrido nesta pesquisa, conclui-se que quanto mais se discute sobre a inclusão, mais debates serão necessários sobre a temática. Nesta “estrada inclusiva”, não há um ponto de partida, mas todos compreendem o lugar de chegada. Não é possível delimitar um início para se desenvolverem as práticas inclusivas. Entretanto, de modo paradoxal, concebe-se que o momento é o hoje, o agora.

Na análise proposta, evidenciou-se o quanto a educação inclusiva já se incorporou e ganhou visibilidade e credibilidade, pressupondo os marcos legais alcançados. Isso não significa, contudo, que ainda não se tenha muito trabalho, estudo e vivências à frente, a fim de que as propostas pedagógicas nos processos inclusivos se qualifiquem ainda mais e se tornem uma realidade cada dia mais efetiva e assertiva nas escolas.

Depreende-se que é impossível falar de integralidade sem considerar a diversidade. O desenvolvimento integral, portanto, não é a formação do indivíduo dentro do que a sociedade espera, mas, com base em suas possibilidades, formá-lo para o que é possível que ele faça com autonomia, de maneira “consciente, competente, compassiva e comprometida” (REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO, 2021, p. 23). Nesse sentido, a formação integral não é desejar que uma pessoa, na perspectiva inclusiva, faça o mesmo que os outros, mas que desenvolva suas

habilidades para viver e conviver, de modo digno, consigo mesma e com os outros. É olhar para a finitude, para a individualidade, trabalhando a infinitude das estratégias e dos recursos, “centrada na formação da pessoa toda e para toda a vida” (REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO, 2021, p. 29).

Dessa forma, conclui-se que, não obstante a necessidade de se aprimorarem as concepções e o modo de proceder ante a inclusão nas unidades educativas, e de maneira particular, no Colégio dos Jesuítas, muito se tem avançado no que diz respeito à temática. Inclusive, nessa instituição, essa evolução ocorre sobretudo no que se refere ao olhar atento e respeitoso direcionado ao aluno e às práticas pedagógicas dos docentes diante da sua própria atuação, tanto quanto à leitura que cada um realiza dos processos de inclusão e do impacto destes para a educação de uma maneira geral e para os indivíduos.

Finaliza-se esta pesquisa de forma otimista, em razão do “caminho inclusivo” que, com dedicação, muitos educadores já se propõem a trilhar. Outrossim, inspirado a contribuir para a produção, a vivência e o alcance, com excelência, de uma aprendizagem efetiva, embasada nas práticas inclusivas que visem promover uma educação transformadora, significativa e integral.

REFERÊNCIAS

ADIRON, Fábio. **Receita de inclusão?** DIVERSA, 2016. Disponível em: <
<https://diversa.org.br/artigos/receita-de-inclusao/>> Acesso em: 7 ago.2023.

ARAÚJO, Renata Miranda de; PIASSA, Zuleika Aparecida Claro. Pós-modernidade, Pós-estruturalismo e educação: Reflexos sobre esta relação no currículo e no cotidiano escolar. **Revista Dialectus**, Ano 10, nº 22, Edição Especial, Jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca**; MEC; SEEP, 1994a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília; MEC; SEESP, 1994b. Disponível em: <https://inclusaoja.files.wordpress.com/2019/09/polc3adtica-nacional-de-educacao-especial-1994.pdf> Acesso em: 29 jul. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidente da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 28 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais Para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei Federal n.º 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 27 ago. 2023.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS. Edições Loyola. 4. Ed. São Paulo, 1998.

EMÍLIO. Solange Aparecida. **Grupos e inclusão escolar**: sobre laços, amarras e nós – São Paulo: Paulus, 2008. (Coleção Pedagogia e educação).

ESCALA Likert. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Escala_Likert#Refer%C3%Aancias. Acesso em: 20 set. 2023.

ESTANISLAU. Gustavo Mechereffe; BRESSAN. Rodrigo Affonseca (Orgs.). **Saúde Mental na escola**: o que os educadores devem saber – Porto Alegre: Artmed, 2014.

MACEDO, Lino de. Saúde Mental na escola: o que os educadores devem saber. *In*: ESTANISLAU. Gustavo Mechereffe; BRESSAN. Rodrigo Affonseca (Orgs.). **Saúde Mental na escola: o que os educadores devem saber** – Porto Alegre: Artmed, 2014.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar).

MANTOAN. Maria Teresa Égler. Por uma escola para todos. *In*: MONTEIRO. Silas Borges; OLINI. Polyana (org.) **Coleção Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino: Diversidade e tecnologias digitais**, v.3 - Cuiabá-MT: Ed. UFMT, 2019. Disponível em: https://static.wixstatic.com/ugd/f3286f_eb9d325ab9f84a58ab50099fc19e26da.pdf Acesso em: 20 jul.2023.

MINAYO. Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*.MINAYO. Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO. **Projeto Educativo Comum** – Edição atualizada. Edições Loyola, Rio de Janeiro, 2021.

REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO. **Rede Jesuíta de Educação: A Companhia de Jesus**, [s. l., 2023?]. Disponível em: <https://redejesuitadeeducacao.com.br/companhia/> Acesso em: 10 set. 2023.

SANTOS. Valquíria Cordeiro da Rocha. **Família: Uma aliada na Educação Inclusiva?** Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/15493>. Acesso em: 28 out. 2023.

TEIXEIRA. Camila Gomes Martins. **Gestão Escolar: concepções e práticas na perspectiva e uma educação inclusiva em colégios da Rede Jesuíta de Educação**. Dissertação (mestrado) – Universidade do vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Porto Alegre, 2021.

APÊNDICE – MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AO PROFESSOR

1. Qual é a sua formação e há quanto tempo trabalha na área da educação?
2. Para qual série você leciona?
3. Para você, o que significa Educação Inclusiva?
4. Já lecionou ou leciona para estudantes que demandam uma atenção especial e/ou um trabalho diferenciado?
5. Você considera válido o acesso dos casos de inclusão na escola regular? Por quê?
6. Você já desenvolveu alguma prática em sala de aula que considera inclusiva? Qual?
7. Assinale na escala abaixo a sua percepção sobre os indicativos apresentados no que se refere à relevância dessas ações/práticas para o desenvolvimento e a efetividade do processo inclusivo.
 - a. Formação docente especializada
 - () Extremamente importante
 - () Importante
 - () Pouco importante
 - () Sem importância
 - b. Materiais/currículo pedagógicos adaptados
 - () Extremamente importante
 - () Importante
 - () Pouco importante
 - () Sem importância
 - c. Acompanhamento em sala de aula (Ex.: estagiários)
 - () Extremamente importante
 - () Importante
 - () Pouco importante

Sem importância

d. Equipe multidisciplinar de apoio (professores, orientadores, especialistas)

Extremamente importante

Importante

Pouco importante

Sem importância

e. Sala de Recursos Multifuncionais na escola

Extremamente importante

Importante

Pouco importante

Sem importância

8. O processo de inclusão é um caminho que perpassa desafios, mas, ainda assim, repleto de possibilidades. Se pudesse sugerir alguma ação ou prática para qualificar o trabalho inclusivo, qual seria a sua sugestão?